

Governo eleva projeção de déficit a R\$14,5 bi em 2024

# Governo reverte bloqueio, libera R\$ 2,9 bilhões e projeta déficit maior

Estimativa de rombo em 2024 salta de R\$ 9,3 bi para R\$ 14,5 bi em novo relatório do Orçamento

Adriana Fernandes e Nathalia Garcia

BRASÍLIA. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reverteu o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento, mas elevou a projeção de déficit das contas públicas neste ano de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 14,5 bilhões —equivalente a 0,7% do PIB. Apesar da piora, o resultado projetado segue dentro do intervalo de tolerância previsto no novo arcabouço fiscal para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero. Pela regra, há uma margem de tolerância de 0,25% do PIB para menos ou para mais. Na prática, o governo poderá chegar ao fim do ano com um déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem estourar a meta. A nova projeção de déficit foi encaminhada ao Congresso nesta quarta (22), no segundo relatório trimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano. O governo também não precisou fazer um contingencia-

mento das despesas para cumprir a meta fiscal de déficit zero, como antecipou a Folha. O relatório trouxe a reversão do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões que tinha sido feito preventivamente no primeiro relatório, em março, para não estourar o teto de gastos do novo arcabouço fiscal. O desbloqueio orçamentário ajuda a diminuir a pressão sobre as pastas que tinham sido mais afetadas pelo corte feito em março pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento). Na época, os ministérios das Cidades e dos Transportes foram os principais alvos do bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em verbas no Orçamento. Apesar do aumento da previsão de despesas obrigatórias, a liberação foi possível porque o governo conseguiu abrir um espaço fiscal permanente de R\$ 15,8 bilhões em novas despesas. O artigo 14 da lei que criou o novo arcabouço fiscal permitia essa ampliação caso a avaliação das receitas fosse favorável no relatório de ava-

liação do Orçamento do segundo bimestre, o que de fato aconteceu. A ampliação do espaço de despesas amorteceu o aumento dos gastos obrigatórios. O montante também abriu uma folga de R\$ 2,5 bilhões em relação ao limite de gastos do novo arcabouço fiscal, conforme mostrou o documento. O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse que essa sobra, na prática, é um colchão de segurança para acomodar futuras pressões de aumento de despesas obrigatórias. "Não significa que há recursos sobrando. Temos que ser vigilantes". Alguns membros do governo estão de olho nesses recursos, como a ministra Esther Dweck (Gestão). A pasta estuda usar parte dessa verba liberada para conceder reajuste salarial aos servidores da educação federal, que estão em greve. Os números do governo mostram uma perspectiva mais otimista do que a projetada pelo mercado financeiro, que espera um déficit

de 0,72% do PIB para este ano diante de previsões divergentes com relação à alta da arrecadação até o final do ano. Ainda de acordo com o relatório, a projeção de despesas aumentou em R\$ 24,4 bilhões —R\$ 20 bilhões em gastos obrigatórios. Desse total, R\$ 13 bilhões são destinados ao enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande Sul —despesas que são deduzidas do cálculo da meta fiscal. O governo contabilizou um aumento de R\$ 7,5 bilhões nas estimativas de despesas com o pagamento de benefícios previdenciários, que subiram de R\$ 914,2 bilhões para R\$ 917,8 bilhões em 2024. O impacto dos gastos com a Previdência seria maior se não fosse o efeito das medidas de revisão desses benefícios, que incluem combate a fraudes. As despesas com subsídios e Proagro (seguro agrícola) seguem com forte alta e têm sido um fator de piora das previsões. O novo relatório mostrou uma alta de R\$ 3,8 bilhões em relação a março,

com a estimativa de receitas subindo de R\$ 20,4 bilhões para R\$ 24,2 bilhões. Já a previsão de receitas com impostos cobrados pela Receita Federal caiu R\$ 16,4 bilhões. Esse movimento foi compensado pelo aumento de R\$ 14,3 bilhões de receitas com dividendos. Entre elas, os dividendos extraordinários pagos pela Petrobras, cujo pagamento tinha sido inicialmente suspenso pelo conselho de administração da companhia. Arrecadação com recursos de exploração mineral também ajudou o governo com uma alta de R\$ 8,5 bilhões nas estimativas. O governo contabilizou ainda uma alta de R\$ 9,7 bilhões com receita para a previdência. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que as medidas aprovadas para recomposição fiscal estão gerando os efeitos esperados pela equipe econômica. "A gente está, de fato, vendo concretamente nos quatro primeiros meses do ano o que defendeu em 2023." Ele enfatizou também que o arcabouço fiscal está sendo cumprido "conforme originalmente aprovado pelo Congresso Nacional". "A fórmula de cálculo para destravar o gatilho, conforme estava previsto no arcabouço original, está sendo incorporada nas projeções e ela não prejudica o cumprimento da meta que a gente vai seguir buscando para o ano."

**-0,1%**  
do PIB é a previsão do governo de déficit para 2024

**-0,7%**  
do PIB é a previsão do mercado financeiro para o déficit

**R\$ 917,8 bi**  
é a nova estimativa para despesas previdenciárias em 2024

**R\$ 13 bilhões**  
é a projeção de gastos destinados ao enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande Sul

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1